**Mauro de Souza
Ventura**

UNESP, Bauru/SP,
Brasil.

<http://orcid.org/0000-0002-5557-228X>

Tayane Aida Abib

UNESP, Bauru/SP,
Brasil.

<http://orcid.org/0000-0003-2110-6640>

**Entrevista jornalística em
vias de compreensão:
o caminho do diálogo
para a experiência
da alteridade**

**Journalistic interview in
the process of
comprehension:
the path of dialogue to
the experience
of otherness**

**Entrevista periodística en
vías de comprensión:
el camino del diálogo
para la experiencia
de la alteridad**

RESUMO

Desenvolvemos, neste estudo, uma reflexão sobre o procedimento jornalístico da entrevista, buscando no entrecruzamento teórico de Hans-Georg Gadamer (2002) e Martin Buber (1979, 1982) as pistas para inscrevê-la como fenômeno dialógico no qual é possível despontar a experiência de intercompreensão entre repórter e fonte, a partir do movimento ao Outro, da escuta e de uma ética da alteridade entre os partícipes da relação. Partimos, para tanto, de uma discussão epistemológica acerca da Comunicação, de modo a fundamentá-la em perspectiva humanista, tal qual Wolton (2004, 2006), Sodré (2014) e Marcondes Filho (2004), e, assim, abrir caminhos para situar a prática jornalística em dinâmica de intersubjetividade, complexificando o olhar normativo e tecnicista que atravessa o tema.

Palavras-chave: jornalismo; alteridade; diálogo; compreensão.

ABSTRACT

In this study, we developed a reflection on the journalistic procedure of the interview, seeking in the theoretical intersection of Hans-Georg Gadamer (2002) and Martin Buber (1979, 1982) the clues to inscribe it as a dialogical phenomenon in which it is possible to emerge the experience of intercomprehension between reporter and source, from the movement to the Other, from listening and from an ethics of otherness among the participants in the relationship. For this purpose, we start with an epistemological discussion about Communication, in order to base it in a humanistic perspective, such as Wolton (2004, 2006), Sodré (2014) and Marcondes Filho (2004), and, thus, opening paths for situate journalistic practice in intersubjectivity dynamics, complexifying the normative and technical viewpoint that crosses the theme.

Keywords: journalism; otherness; dialogue; comprehension.

RESUMEN

En este artículo se desarrolló una reflexión sobre el procedimiento periodístico de la entrevista, buscando en el cruzamiento teórico entre Hans-Georg Gadamer (2002) y Martin Buber (1979, 1982) las pistas para inscribirla como un fenómeno dialógico en el que es posible despuntar la experiencia de intercomprensión entre reportero y fuente, a partir del movimiento al Otro, de la escucha e de una ética de la alteridad entre los participantes de la relación. Para alcanzar ese propósito, partimos de una discusión epistemológica acerca de la Comunicación, de modo a basarla en perspectiva humanista, tal cual Wolton (2004, 2006), Sodré (2014) y Marcondes Filho (2004), y así abrir caminos para situar la práctica periodística en dinámica de intersubjetividad, con una mayor complejidad a la visión normativa y técnica que atraviesa el tema.

Palabras clave: periodismo; alteridad; diálogo; comprensión.

Submissão: 29-5-2019

Decisão editorial: 11-5-2020

Introdução

“A arte do diálogo está desaparecendo?”, questiona Hans-Georg Gadamer (2002, p. 242), em ensaio que compõe sua célebre obra *Verdade e Método II*, e que bem pode servir a reflexões no campo jornalístico. “Não estamos assistindo a uma monologização crescente do comportamento humano?”, continua a indagar o filósofo alemão, em texto datado de 1972, cujo tom de diagnóstico encontra confirmação na perspectiva crítica de autores da Comunicação como Dominique Wolton (2004, 2006) e Ciro Marcondes Filho (2004, 2013).

Ainda que cada vez mais rodeados de aparatos e tecnologias que facilitam o contato, estamos a viver, na visão de Marcondes Filho (2004, p. 09), como “mônoda, isolada, trancada, só (...) separada das pessoas pelas muralhas que erguemos e que nos barram de todos” (2004, p. 09). Não há, afinal de contas, mostra-nos Wolton (2006, p. 86), “relação direta entre multiconexão e capacidade de se relacionar com o outro”. Abundância de troca informativa, sublinham esses autores, não é intersubjetividade: inscrevemo-nos em um contexto em que cada um reclama seu direito à fala, mas ninguém presta atenção ao outro.

Em outras palavras, afirma-nos Wolton (2004, p. 80), “o direito à expressão é perfeitamente compa-

tível com o monólogo. O que precisamos é falar, e ter a sensação de ser escutados". Mas, adverte o sociólogo francês, ainda precisamos avançar para escutarmos realmente o outro. Nossa incapacidade para o diálogo, indica-nos Gadamer (2002, p. 251), reside efetivamente nesse aspecto essencial, de todos nós, que é o de não conseguir se dispor a ouvir o outro. Fazemos "ouvidos de mercador", ele comenta, porque constantemente estamos ouvindo apenas a nós mesmos – com "ouvidos tão cheios de si mesmo, buscando nossos impulsos e interesses" (idem).

No território dessas articulações, situamo-nos para problematizar o fazer jornalístico contemporâneo e para, especificamente, discutir a configuração de um procedimento de entrevista alinhado à perspectiva dialógica destacada acima. Nosso interesse é refletir sobre a prática jornalística a partir de uma mirada intersubjetiva, que visualize o exercício profissional como movimento de alteridade ao Outro e a entrevista jornalística como o processo por excelência para o resgate da natureza normativa da comunicação (WOLTON, 2004), aquela expressa no vocábulo latino *communicare*, partilha.

Para tanto, delineamos um percurso teórico que contempla entrecruzamentos entre a Epistemologia da Comunicação, nas figuras de Dominique Wolton, Muniz Sodré e Ciro Marcondes Filho, a Hermenêutica, a partir do pensamento de Gadamer, e a Filosofia da Relação, com Martin Buber. Por essas conciliações, esperamos desdobrar contribuições à dinâmica jornalística, em que desponte na entrevista a experiência da intercompreensão que caracteriza o diálogo.

A ciência do comum

Meios, códigos, canais, as técnicas e seus efeitos, as instâncias de emissão e recepção, parecem revezar o posto principal de interesse científico quando o assunto é Comunicação¹. Protagonizaram, no decorrer dessa recente história, as discussões de teóricos empenhados em sistematizar suas linhas de ação e identificar seus mecanismos de funcionamento, mas pouco elucidaram, conforme Sodré (2014), sobre o que é a Comunicação. A proposta do teórico brasileiro, neste sentido, convida-nos a um olhar mais cuidadoso ao étimo original *communicatio* (*communis* + *actio*). Associamos o fenômeno comunicacional à noção de transmissão, muito provavelmente em virtude da própria ideia de informação², quando, em verdade, esse trata de algo como “ação do comum”.

¹ Muniz Sodré (2014, p.66-67), citando estudos de Neuman e Guggenheim, pesquisadores da Universidade de Michigan, aborda seis estágios do campo da Comunicação: o primeiro “se alinha o grupo das teorias da persuasão (1944-1963), caracterizadas pela hipótese de efeitos diretos e imediatos, [...] no segundo está o grupo intitulado teorias da audiência ativa (1944-1986) [...]. O terceiro, teorias do contexto social (1955-1983), preocupa-se com o modo como os indivíduos se apoiam em relações interpessoais para interpretar as mensagens [...]. O quarto, teorias societárias e midiáticas, centra-se na análise da hegemonia societária e nos efeitos individuais acumulativos ao longo do tempo. O quinto, teorias de efeitos interpretativos, desloca-se da pura e simples perspectiva dos efeitos na direção de como a mídia processa as suas mensagens e inclui hipóteses hoje prestigiosas como agenda-setting [...]. O sexto é o grupo das novas teorias midiáticas, que focaliza as novas tecnologias e as suas propriedades interativas, dando ênfase especial à internet”.

² Sobre informação, Sodré (2014, p. 17) enfatiza o seu sentido “estritamente técnico ou tecnológico: informação como quantidade mensurável em bit. É a informação métrica da Teoria Clássica da Informação [Claude Shannon], a Teoria Combinatória e Estatística da informação, baseada na lógica e na matemática da probabilidade”.

Cada forma de presença ou de estar no mundo, escreve Sodré (2014, p. 230), "é sempre perpassada por uma copresença, por um entre originário", quer dizer, é próprio do ser-no-mundo uma abertura originária dos entes. A vinculação é, por isso, como a condição originária do ser, "desde já atravessado por uma exterioridade vazia – o comum- que o pressiona para fora de si mesmo e o divide" (p. 288). Não à toa, Sodré define a Comunicação como *A ciência do comum* (2014): estamos sempre em busca de constituir o comum humano, de fazer ponte entre as diferenças, de concretizar a abertura entre as existências.

O plano técnico, pontua Wolton (2006), aquele que nos diz das ferramentas e dos mercados, que se materializa pela escrita, a imagem e o som, acaba por obliterar o real sentido do processo, que é nos colocar em relação e em compartilhamento. É nesse sentido que a Comunicação, ao contrário do que intenta mostrar a face da onipotência instrumental, é frágil. Porque nos fala do Outro, e, ao falar do Outro, nos pede respeito e nos pede compreensão. Comunicar, por isso, é reconhecer o Outro como sujeito, como um *alter* ego, e isso demanda um movimento profundo de abertura e de escuta.

"Aquele que deseja ser ouvido está pronto para ouvir? ", questiona Wolton (2004, p. 80), quando compara o direito à expressão com um monólogo. O que precisamos, adverte o sociólogo francês, é compreender que o fenômeno comunicacional versa, sobretudo, sobre a possibilidade da escuta. Se a técnica amplia as formas de emissão, há que se aprofundar o debate acerca do retorno. Ou estaremos simplesmente assimilando comunicação à produção e à distribuição de dados.

O receptor não é apenas a outra extremidade de um esquema teórico. É, sobretudo, a implicação do que confere à comunicação um estatuto complexo: o horizonte da relação. Reconhecer a reciprocidade como elemento-chave do processo é, então, compreender que a comunicação trata de um encontro com um retorno. É tensão e é risco. É extremamente mais difícil que o contato mediatizado pela técnica, porque é interpelada pelo rosto do Outro. O rosto que, na filosofia de Emmanuel Lévinas (1997, p. 123), desperta-me para a descoberta de uma responsabilidade pelo próximo: “eu me vejo a partir do outro, exponho-me a *outrem*, tenho contas a prestar”.

Coloca-me, assim, a mim mesmo em xeque: quem sou eu e quem, para mim, é o outro? É possível compreendê-lo e é possível que ele me compreenda? As aspirações da comunicação remetem, no fundo, ao fundamento de toda experiência humana – assinalando, por isso mesmo, que há sempre uma possibilidade de fracasso. A proximidade e o confronto que se evitam no plano técnico escapam no encontro cara a cara. A experiência do sentir, o clima, o cheiro, o tato, ameaça-nos justamente porque nos choca com a incerteza. A modernidade, e sua promessa de êxito com o progresso, não impedem, portanto, a solidão ou o fracasso, tampouco nos eximem daquilo que Wolton denomina de incomunicação.

O problema não está apenas na abertura – a própria globalização já se encarregou disso ao diluir as fronteiras geográficas, mostra-nos Wolton (2006, p. 74), mas está na “capacidade de manter sua identidade e coabitar com a abertura do mundo”, isto é, respeitar um território que é mútuo.

Construir a coabitação é refletir sobre as condições de um mínimo de inter-relação que respeite as diferenças. Construir a coabitação é justamente encontrar condições que permitam um mínimo de intercompreensão, que levem em conta a irredutível alteridade existente entre os seres, os grupos, as sociedades (WOLTON, 2006, p. 147).

Para o autor, deste modo, a comunicação é relação e é também coabitação: organiza a diversidade cultural e social em proveito da convivência em um mundo globalizado. Se o excesso de informações pode me levar a um imobilismo ou gerar conformismo, apenas a postura dialógica de quem se abre a aceitar o Outro como ele é pode fazer emergir uma sociedade mais tolerante. Sob o ponto de vista de Wolton (2006, p. 221), pensar na incomunicação, antes de ser uma proposta pessimista, é admitir que “comunicar não é passar por cima das identidades, é fazer com”.

Visando comportar a ideia de comunicação como base existencial da vinculação humana, Muniz Sodré (2014, p. 188) nos remete à coesão social sob o ângulo de uma transcendência: “na Antiguidade, o diálogo ritualístico entre mortais e imortais era imprescindível à simbiose do todo ou ao *glutinum mundi*, à cola do mundo”. O autor nos mostra que, tanto em Atenas quanto em Roma, havia uma data dedicada a oferecer sacrifícios às divindades, por eles chamada de *dies communicarius*. Já na Idade Média, a *communicatio* configurava o sistema organizativo das relações entre todos os entes, sendo Deus um princípio unificador e “comunicativo”.

A busca por colocar as diferenças em comum, almejada no plano dos mortais para com os imortais,

estende-se, então, a toda relação humana, também podendo se realizar na esfera da relação com o Outro. O comum, explicita Sodré (2014, p. 201), evoca essa ideia de compartilhamento: é o que não é próprio, “o que concerne a mais de um, a muitos ou a todos e que, portanto, é ‘público’, em contraposição a ‘privado’, ou geral’, em contraste com particular”. Especificamente, o teórico assinala o comum como um lugar espacial e simbólico ao mesmo tempo, como um vazio que não é falta, mas “possibilidade de preencher espaços ou de criar mundos [...] como uma condição de possibilidade de aparecimento de corpos” (p. 200).

O comum, enfim, como uma potência de criatividade autônoma, como um campo de identificações. Enfatiza, por assim dizer, uma espécie de dimensão exterior aos indivíduos, “que os obriga a uma entrega incondicional, a uma fatalidade do vínculo [...] a um ser-em-comum”. Em sua base, as diferenças encontram um lugar próprio para se comunicar. A comunicação, deste modo, desde uma perspectiva de intersubjetividade, fala de uma espécie de ímpeto de aproximação entre os seres, “como o imperativo estrutural de tornar comuns as diferenças ou de unir os opostos que, em sua dinâmica, fazem circular a *philia*” (p. 197). No fundo, o autor está tratando da concepção heideggeriana do *daisen*: a existência que consiste em estar junto ao que está presente, “portanto, junto às coisas a serem descobertas de maneira compartilhada, de modo que todo ser, até mesmo o solitário, implica o ser-uns-com-outros” (p. 204).

Nas expressões ‘estar-junto’ ou ‘ser-junto’, é bom que se ressalte, manifesta-se a acepção de compartilhamento também como descoberta, quer dizer,

um estar aberto ao Outro essencialmente como um descobridor. Estar aí pronto para ser descoberto e pronto para descobrir, para ser-com e instaurar um comum – um lugar que não é marcado, mas irrompe conforme os próprios movimentos do homem em sua busca por harmonizar as diferenças.

Vinculando-se, cada um perde a si mesmo, na medida em que lhe falta o absoluto domínio da subjetividade e da identidade – portanto, indivíduos vazios ou “impróprios” – em função da abertura para o Outro. Como frisa Esposito, “não é o próprio, mas o impróprio – ou mais drasticamente o outro – que caracteriza o comum. Um esvaziamento parcial ou integral da propriedade em seu contrário. Uma desapropriação que investe e descentra o sujeito proprietário e o força a sair de si mesmo. A alterar-se” (SODRÉ, 2014, p. 207).

Longe de uma concepção informacional ancorada na sociologia, portanto, comunicar, para Muniz Sodré (2014, p. 208), é a ação de, constantemente, instaurar o comum como vinculação, como um nada constitutivo, “pois o vínculo é sem substância física ou institucional, é pura abertura na linguagem”. Inerente à noção de *communicatio* resgatada pelo autor, assim, está a figura desse sujeito que se comunica que é sempre um ser “entre”, ou seja, uma interioridade que se destina a uma exterioridade, que busca o Outro. É essa dimensão que possibilita o diálogo e a ação de, a partir da linguagem, abrir-se à transcendência e pôr em comum as diferenças.

Como acontecimento arrebatador

Se compreendemos a Comunicação como essa ação de articulação do comum, então precisamos também considerar que, para além da troca de pala-

bras, há circunstâncias sociais e afetivas que presidem o processo comunicativo, justamente para ampliar e fortalecer o vínculo humano. Parece situar-se aqui uma brecha pertinente para entrecruzarmos tais pensamentos às inquietações que, desde o final dos anos 1990, têm engendrado os trabalhos do intelectual brasileiro Ciro Marcondes Filho, em sua iniciativa propositiva de formular uma Nova Teoria da Comunicação.

Partindo do pressuposto de que a Comunicação não é uma coisa e de que, como vimos, nada nela se transfere, então não podemos tomá-la como dado fixo e estável. Não podemos olhar para a Comunicação como difusão ou codificação e decodificação de sinais. Antes, e esse é o convite de Marcondes Filho, precisamos concebê-la ultrapassando esse formato e realizando-se no atrito, dos corpos, dos olhares, dos ambientes – e mesmo do silêncio. Acontece, por isso, apenas quando da participação de duas intencionalidades se pode extrair algo novo, inesperado, que modifica o estado anterior de ambos. Há reciprocidade, há manutenção das diferenças individuais – em consonância com a advertência de Wolton – e, sobretudo, há criação.

No encontro em que sinto efetivamente o outro, eu participo com ele de um momento único, do qual resultam sentidos singulares e exclusivos. Longe de toda mediatização técnica, a plenitude desse processo somente é possível porque uma relação viva, consigo mesmo e com o outro, revela intimidade, revela corpo, revela gestos, revela comportamentos. Através de nossa expressão, não há como esconder nossos verdadeiros anseios. Estamos diante, assim, de um modelo de comunicação que se situa para muito além das palavras. Mostra-se como um verdadeiro

labirinto. Enquanto as palavras são vaziais de sentimento e incapazes de traduzir nosso mundo subjetivo, o rosto, novamente ele, “é a superfície porosa que mostra nosso interior, que nos põe a nu” (MARCONDES FILHO, 2004, p. 96). Se na linguagem nós nos disfarçamos e dissimulamos, os olhares e os traços que se desenham em nossa pele deixam escapar os atos puros de uma comunicação real.

Sob essa visada, a comunicação é um momento, uma ocorrência em que se cria uma situação favorável à recepção do Outro, à recepção do novo. Esse necessário e difícil acontecimento de tornar comum, de “fazer com que uma coisa seja a mesma num lado e no outro” (MARCONDES FILHO, 2008, p. 16), é aquilo a que Wolton se refere como dimensão normativa da comunicação. A partilha. E a ela, o estudioso brasileiro acrescenta um caráter único, efêmero e irrepetível. Na contramão da onipresença dos aparatos da informação, Marcondes Filho coloca o fenômeno da comunicação como processo difícil, designa-o “mágico”, porque também composto pelo incorpóreo, e que raramente nos arrebatava.

Arrebatamento é o termo escolhido justamente por indicar um sentido de perturbação: é uma estranheza e um mistério que me desequilibram. Mas me trazem o novo. O Outro, no novo, é que pode me mudar. Ao alterar meus padrões anteriores, ressignifica minha visão das coisas, cria sentido. Enquanto o universo da informação amplia nosso repertório, conformando-nos em território conhecido, aumentando nossas salvaguardas, a comunicação trata de abalos e confrontos. É choque que nos questiona sobre o nosso ser e o nosso estar no mundo: é “afecção que desestabiliza a função cerebral de acoplamento

a uma memória anterior, que seria tranquilizante" (2013, p. 23). É, assim, inesperada, atravessa-nos.

Se tão complexa e nem sempre possível, como viver a ocorrência comunicacional? Em Wolton (2004, 2006), encontramos as pistas iniciais no movimento profundo da compreensão e da coabitação das identidades, no voto de confiança a esse Outro que é o nosso *alter ego*. Em Marcondes Filho (2002, 2004, 2008, 2013), temos a confirmação de que é no diálogo que a comunicação tem a chance de acontecer. Essa acepção busca referências em Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), Martin Buber (1878-1965) e Emmanuel Levinas (1906-1995) para evidenciar que o diálogo é, em verdade, o espaço favorável à emergência de todos os sentidos outrora mencionados: o ambiente comum, a circulação de uma 'extra linguagem', ou os sinais corpóreos que extrapolam nossa fala e, fundamentalmente, o movimento de abertura.

"Comunicar efetivamente é sentir junto" (MARCONDES FILHO, 2002, p. 88), ou, poderíamos citar, "na experiência do diálogo, meu pensamento e o seu formam um só tecido" (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 474) e, ainda, reforçar, "é o Outro que me arranca da minha hipóstase" (LÉVINAS, 1997, p. 123). Importa-nos, neste contexto, sublinhar que, se o Outro é o estranho mistério que habita em mim, e se o verdadeiro sentido da comunicação é relação e partilha, então apenas a abertura para o reconhecimento do Outro enquanto sujeito que comigo experiencia um mundo único, que comigo forma um só tecido, pode fazer chegar a uma comunicação em profundidade, densa e transformadora.

A partir do diálogo

O diálogo, de acordo com os autores neste estudo referenciados, e agora importa-nos lançar luz à visão de Hans-Georg Gadamer (2002, p. 383) sobre esse processo, inscreve-se como um acontecimento efetivamente comunicativo. É ele, diz-nos o filósofo alemão, o “fenômeno originário da linguagem”, que “constrói e conserva a orientação comum no mundo” (2002, p. 220) e que “ajuda a revelar e desfazer a nossa própria clausura e estreitamento” (2002, p. 387).

Na experiência dialogal, Gadamer identifica uma tentativa reiterada do sujeito “de deixar-se tomar por algo e com alguém” (p. 387), evidenciando um potencial de alteridade que não se limita à esfera das razões de uma ou outra parte, mas que define seu sentido no intercâmbio e na coincidência: “é só no diálogo que os homens podem encontrar-se e construir aquela espécie de *comunhão* onde cada qual continua sendo o mesmo para o outro porque ambos encontram o outro e encontram a si mesmos no outro” (GADAMER, 2002, p. 247, grifo nosso).

A verdadeira realidade da comunicação humana é o fato de o diálogo não ser nem a contraposição de um contra a opinião do outro e nem o aditamento ou soma de uma opinião à outra. O diálogo transforma a ambos. O êxito de um diálogo dá-se quando já não se pode recair no dissenso que lhe deu origem. Uma solidariedade ética e social só pode acontecer na *comunhão* de opiniões, que é tão comum que já não é nem minha nem tua opinião, mas uma interpretação comum do mundo (GADAMER, 2002, p. 221).

Há, neste sentido, a possibilidade de enxergar no diálogo a experiência arrebatadora da comunicação,

destacada por Marcondes Filho (2004), que se manifesta em sua característica de “deixar uma marca” (GADAMER, 2002, p. 247), quer dizer, não apenas proporcionar aos partícipes a experiência de algo novo, mas de levá-los a “encontrar no outro algo que ainda não havia encontrado em sua própria experiência de mundo” (idem).

Quando inscreve a entrevista jornalística como um braço da comunicação, Cremilda Medina (2008) põe precisamente em relevo tal procedimento em configuração de inter-relação, para além de simples técnica. Trata-se de um olhar que busca revestir de complexidade um objeto ainda explorado de forma superficial pelos estudos de comunicação no Brasil, conforme aponta Fábio Henrique Pereira (2017), em revisão de literatura realizada sobre o tema.

Parte de nossa bibliografia, indica o autor, reforça uma leitura normativa, que associa a entrevista jornalística à “obtenção de respostas pré-pautadas por um questionário ou roteiro com um personagem notável ou que possua informações de interesse público” (PEREIRA, 2017, p. 140). Uma acepção, de acordo com Marcondes Filho (2000), assumida pelos jornais para dar consistência discursiva a uma imagem de imparcialidade perante o público, também destacada por Gaye Tuchman (1993) enquanto estratégia³ do ritual de objetividade da profissão.

Sob tal prisma, pontua Agnes Mariano (2018, p. 08), “a entrevista jornalística não é entendida como

³ “Os jornalistas veem as citações de opiniões de outras pessoas como uma forma de prova suplementar. Ao inserir a opinião de alguém, eles acham que deixam de participar na notícia e deixam os ‘fatos’ falarem. (...) As aspas tornam a notícia objetiva e protegem os jornalistas e seus superiores” (TUCHMAN, 1993, p. 81).

uma parceria e, sim, como uma situação assimétrica", na qual o entrevistador deve assumir o controle da interação com uma postura mais ativa, para "manter o comando da conversa, impedindo que ela se desvie do tema, seja por digressões do entrevistado, seja pela discussão da validade ou oportunidade da entrevista mesma", como orienta Nilson Lage (2005, p. 33), e como também enfatiza Jorge Pedro Sousa (2001, p. 238) – "o jornalista tem de conduzir a entrevista para onde quer, e não deixar-se conduzir pelo entrevistado para onde este quer".

O tom destacado neste artigo, no entanto, valoriza interações de tipo aberto, em que a entrevista ganha feição compreensiva ao se interessar pelo "conhecimento de sujeito a sujeito" (MORIN, 2002, p. 94), pelo despertar de um "vínculo com a coisa que se aborda, com o outro, com a pluralidade dos outros, com o mundo" (SODRÉ, 2006, p. 68). Uma acepção que confere protagonismo ao fluxo de sentidos que circula *entre* os partícipes do diálogo, que não reduz a troca relacional à transferência de informações que se estabelece entre duas instâncias, mas que abarca, em visada comunicacional, a humanização do contato pela "sintonia dos silêncios, dos gestos [...] dos sinais sutis do corpo, o brilho úmido da pupila, o olfato" (MEDINA, 2008, p. 93) e, assim, atravessa-se pela possibilidade do inesperado indicado por Marcondes Filho (2013).

O verdadeiro carisma do diálogo, afinal, "apenas se faz presente na espontaneidade viva da pergunta e resposta, no dizer e deixar-se dizer" (GADAMER, 2002, p.244), um desafio que demanda abandonar o conforto das fórmulas engessadas nos manuais jornalísticos, como escreve Künsch (2005, p.48), para se "ir

ao mundo, viver o presente, as situações sociais e o protagonismo humano". Reconhecer a singularidade do Outro sob uma ética da alteridade, nas palavras de Luís Sá Martino (2010, p.09), "que pode até mesmo não aceitar as razões do outro, mas reconhece a validade dessas razões, isto é, atinge o espaço da compreensão desse ser-outro com quem se interage".

Essa é, em síntese, a primazia da compreensão: a troca de experiências que trata sempre do comum entre dois mundos. Diálogo e compreensão são, neste sentido, indissociáveis e compartilham a mesma natureza pela linguagem. Para Gadamer (2002, p. 292), o processo de compreensão, objeto da hermenêutica, representa de fato um acontecimento de linguagem, uma vez que seu sucesso e fracasso dependem das condições do diálogo: "a capacidade de compreensão é a faculdade fundamental da pessoa, que caracteriza sua convivência com os demais, atuando sobretudo pela via da linguagem e do diálogo".

No fundo, ao defender que toda compreensão carrega uma potencial relação de linguagem, o filósofo alemão admite que, mesmo onde há dissenso, é possível se alcançar o entendimento mútuo pelo diálogo – e esse é "o orgulho da razão humana", enfatiza (p. 221). Os problemas da hermenêutica, neste sentido, atingem "o relacionamento geral dos seres humanos entre si e com o mundo" (p. 381) na medida em que permitem inscrever a estrutura da linguagem como uma "ponte para a comunicação de um com o outro" (p. 388), de modo que as identidades se construam sobre o "rio da alteridade".

Assim, o diálogo com os outros, suas objeções ou sua aprovação, sua compreensão ou seus mal-entendidos, representam uma espécie de expansão de nossa indi-

vidualidade e um experimento da possível comunidade a que nos convida à razão (GADAMER, 2002, p. 246).

Em Martin Buber (1979, 1982), encontramos linhas de pensamento paralelas e que nos permitem explorar com mais nuances a questão da intersubjetividade. Isso porque, para o filósofo austríaco, naturalizado israelita, a linguagem é, de fato, uma ação, na qual a palavra assume o sentido de portadora de ser, quer dizer, “é um ato do homem através do qual ele se faz homem e se situa no mundo com os outros” (VON ZUBEN apud BUBER, 1979, p. 41). Há uma dupla possibilidade de existirmos como homem, o intelectual nos explica, a depender da palavra-princípio que elegemos proferir.

Ao assumirmos a palavra-princípio Eu-Isso, projetamos uma relação em experiência objetivante, de utilização, fazendo do Outro uma espécie de meio para se alcançar determinados fins. O meu eu, conseqüentemente, torna-se egótico, isto é, “dobrado-em-si-mesmo” (BUBER, 1979, p. 77). A palavra-princípio Eu-Tu, por outro lado, instaura a alteridade essencial, ou a relação essencial, de que tratou Buber em sua obra anterior, na medida em que reconhece o Outro como parceiro, em uma experiência de confirmação mútua. É somente nela que o homem pode se realizar plenamente porque é somente nela que o princípio dialógico pode se realizar.

A dialogia, e isso Buber esclarece no seu livro *Do diálogo e do dialógico*, de 1982, é o sentido que se encontra encarnado no jogo entre dois, nesse “entre” que permite a vivência de um clima de reciprocidade ao aceitar o Outro com a totalidade do que sou, e a ser por ele também aceito. Numa situação dialógica, o prefaciador da obra Newton Aquiles von Zuben

define, “o homem que está face a mim nunca pode ser meu objeto” (p.07) – quer dizer, nunca pode ser o meu Isso.

À dialógica, Buber (1982, p. 56) designa um movimento básico, em torno do qual se constrói uma atitude essencial: o voltar-se-para-o-outro, uma ação interior que só “está presente se esta presença se fizer sentir até na tensão dos músculos oculares e no calcar do pé no chão”. Só consigo assumir o Outro como Tu, deste modo, aceitando sua existência específica, abrindo-me para acolhê-lo, respeitando suas singularidades, empenhando-me, por fim, em uma espécie de “auxílio ao vir a ser do homem enquanto ser-próprio” (p. 152).

Quanto o jornalismo pode apreender, aqui defendemos, desses apontamentos: a não desviar-se-do-outro ou dobrar-se-em-si-mesmo, ou dobrar-se no comodismo de suas rotinas, mas a aceitar o desafio da relação dialógica como a essência mesmo de sua profissão – uma vez que é essa a essência mesmo de seu ser. A exercitar o movimento básico dialógico de ir-em-direção-ao-Outro, de se colocar em experiência aberta, de escuta, reconhecendo como legítimo o que o Outro pensa e espera, considerando o valor daquilo que o Outro é e vive.

Que erro grotesco, afirma com muita precisão Martin Buber (1982, p. 57), e nós estendemos a assertiva aos profissionais da comunicação e suas corporações, dizer que “o voltar-se-para-o-outro seja impraticável no tumulto desta vida. É apenas a confissão mascarada da fraqueza de sua própria iniciativa diante da situação da época”. Fraqueza em romper com as gramáticas historicamente consolidadas, em resistir às facilidades dos aparatos tecnológicos e

aceitar a vulnerabilidade de seu trabalho que, longe de espelhar o real, é a escolha diária de se aproximar da realidade das pessoas, isso sim, em tudo o que tem de risco e complexidade. De partilhar e de viver junto a casa comum, em alusão à Hannah Arendt (2008, p. 52), entretecendo nosso próprio fio, aquilo que somos, numa rede de relações. “O que vai sair disso, a gente nunca sabe”.

Mas é isso que significa aventura comum, é isso que significa compreensão. Ela só é possível, nos ensina a filósofa alemã, “quando há confiança nas pessoas. Uma confiança – difícil de formular, mas que é fundamental – no que há de humano em todas as pessoas. De outro modo, não se poderia empreender tal aventura”.

A compreensão, diferentemente da informação correta e do conhecimento científico, é um processo complexo que nunca gera resultados inequívocos. É uma atividade interminável por meio da qual, em constante mudança e variação, chegamos a um acordo e a uma conciliação com a realidade, isto é, tentamos sentir o mundo como nossa casa. [...] Compreender é infundável e, portanto, não pode gerar resultados definitivos. É a maneira especificamente humana de viver, pois todo indivíduo precisa se sentir conciliado com um mundo onde nasceu como estranho e onde sempre permanece como estranho, na medida de sua singularidade única. A compreensão começa com o nascimento e termina com a morte (ARENDE, 2008, p. 330-331).

A verdadeira compreensão, por fim, é aquela que não se cansa do diálogo.

Considerações

Sob tom propositivo, refletimos, neste artigo, sobre a entrevista jornalística como exercício dialógico para a experiência da intercompreensão. Desenvolvemos, neste sentido, um estudo teórico que buscou estabelecer articulações entre os campos da Comunicação e da Filosofia, especificamente identificando aproximações entre a dimensão normativa da primeira e a discussão sobre alteridade na segunda. Em Wolton (2004, 2006), Sodr (2014) e Marcondes Filho (2004, 2008, 2013), apreendemos a mirada comum de projetar a comunicao em perspectiva relacional, na qual pese sua natureza de partilha e sua vocao para abertura entre as diferenas.

O necessrio e difcil acontecimento de tornar comum tem chances de se concretizar, conforme nos ensina Marcondes Filho (2008, p. 95), pelo dilogo – onde “a crislida pode tornar-se borboleta” e a estranheza do Outro pode nos arrebatr, criar em ns novos sentidos. a experincia dialogal, nesta linha, que pode nos ajudar a desfazer a nossa prpria clausura, inscrevendo-nos em situao favorvel recepo do *alter* e inscrevendo a prpria prtica jornalstica em vias de intersubjetividade. Longe da gramtica positivista que o enquadra como aparato tcnico, situamos o dilogo como fenmeno de comunho, indissocivel, assim, da processualidade compreensiva.

A partir do ensaio *A incapacidade para o dilogo*, de Hans-Georg Gadamer (2002), estendemos a discusso hermenutica a prxis jornalstica, enfatizando a esfera do ‘ns’ que desponta linguagem e que pode desdobrar-se ao fazer jornalstico, quando esse se interessa em revestir de complexidade e

compreensão suas narrativas sobre o Outro. Uma tal postura acaba por romper também com a própria institucionalização das fontes que atravessa sua prática rotineira (ALSINA, 2005, p. 192, tradução nossa), e que limita a “poucos atores sociais uma espécie de direito de acesso semiautomático aos meios de comunicação, tanto no que se refere a transmitir as mensagens que desejam, como conseguir a retificação de uma informação que lhes afeta”.

A defesa do exercício dialógico como dispositivo relacional e compreensivo da profissão, assim, é também a proposição de dinâmicas de abertura e escuta aos personagens ordinários (CERTEAU, 1994), cuja trama viva do cotidiano coloca o jornalismo em sintonia com a produção simbólica do seu povo. Aí, no domínio da vida onde brotam espontaneidades criadoras e onde astúcias sutis se reinventam para escapar à legibilidade oficial, a aproximação mútua e o sentido de partilha humana que estamos a tratar aqui têm mais condições de se manifestar. Conforme Medina (2008, p. 16), as histórias de vida e os registros noticiosos sobre anônimos se colocam como as vias favoráveis para mergulharmos no outro, “para compreendermos seus conceitos, valores e comportamentos” (MEDINA, 2008, p. 16).

Consideramos, neste sentido, o movimento de abertura e de escuta como indispensáveis ao procedimento jornalístico da entrevista, em consonância com a atitude essencial dialógica, proposta por Buber (1979), de um Eu que se coloca em direção a um Tu. Atrelando sua ontologia da palavra ao exercício jornalístico, depreendemos que a dinâmica profissional não é mais que a própria dinâmica dialógica, engen-

drada pela abertura compreensiva de um repórter perante os fatos e os sujeitos, a história e a sociedade.

Em última instância, assumimos que são essas conexões que estão na base do vínculo social e que a atividade jornalística consiste, efetivamente, nesse trajeto do um ao Outro, em que a entrevista desponta como processo por excelência para a concretização desses sentidos em um fluxo *entre*.

Referências

ALSINA, Miquel. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 2005.

ARENDT, Hannah. **Compreender**: formação, exílio e totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. 2ª edição revista. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método II**: complementos e índice. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

KÜNSCH, Dimas. *Compreendo ergo sum*: epistemologia complexo-compreensiva e reportagem jornalística. **Communicare** (São Paulo), São Paulo, Brasil, v. 5, n. 1, p. 43-54, 2005.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 6ed. Record, Rio de Janeiro, 2005.

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós**: ensaios sobre a alteridade. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2000.

_____. **O espelho e a máscara:** o enigma da comunicação no caminho do meio. São Paulo: Discurso Editorial; Ijuí: Unijuí, 2002.

_____. **O escavador de silêncios:** formas de construir e desconstruir sentidos na comunicação. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. **Para entender a comunicação:** conceitos antecipados com a nova teoria. São Paulo: Paulus, 2008.

_____. **O rosto e a máquina:** o fenômeno da comunicação visto pelos ângulos humano, medial e tecnológico (Nova Teoria da Comunicação – Volume I) São Paulo: Paulus, 2013.

MARIANO, Agnes. A entrevista como tema de pesquisa no campo da comunicação. **Famecos**, v.25, n.2, 2018.

MARTINO, Luís Mauro de Sá. O desafio epistemológico de compreender o outro. In: KÜNSCH, D.; MARTINO, L. M. S. (Org.). **Comunicação, jornalismo e compreensão**. São Paulo: Plêiade, 2010.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista:** o diálogo possível. São Paulo: Ática, 2008.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª edição. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2002.

PEREIRA, Fábio Henrique. A entrevista no jornalismo brasileiro: uma revisão de estudos. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 14, nº 2., julho-dez. 2017.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis:** afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **A ciência do comum:** notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos do jornalismo impresso**. Covilhã: BOCC, 2001.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e 'estórias'. Lisboa: Vega, 1993.

VON ZUBEN, Newton Aquiles. Introdução. In: BUBER, Martin. **Eu e Tu**. 2ª edição revista. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: Ed. Da UnB, 2004.

_____. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.